

**HABEAS CORPUS Nº 568.034 - SP (2020/0072830-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : RAPHAEL SOARES DA SILVA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : ANDRÉ GUSTAVO ZANONI BRAGA DE CASTRO -  
SP161963  
THALYS FERNANDO KAUFFUMAN PEREIRA - SP323757  
RAPHAEL SOARES DA SILVA - SP408106  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JEAN VICTOR DE SOUZA CAMPOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de JEAN VICTOR DE SOUZA CAMPOS, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso em flagrante e teve a prisão convertida em preventiva pela suposta prática do delito de tráfico de drogas, e requer a revogação da prisão preventiva, em razão da alteração da situação fática, tendo em vista a pandemia do COVID-19.

É o breve relatório.

**Decido.**

A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência, devendo a **quaestio**, portanto, ser apreciada pelo Colegiado, após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Na hipótese, verifica-se que o pedido de revogação da prisão preventiva do ora paciente encontra respaldo na situação emergencial de saúde pública do país - decorrente da pandemia do COVID-19 e do risco de contaminação em local com aglomeração de pessoas -, sequer foi analisado

# *Superior Tribunal de Justiça*

pelas instâncias ordinárias, ficando esta Corte Superior impedida de analisar o tema sob pena de indevida **supressão de instância**.

Ante o exposto, indefiro o presente **writ**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas, ao d. Juízo de primeiro grau, notadamente quanto ao art. 4º da Orientação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator